

SERVENG ENERGIAS RENOVAVEIS S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2023

SERVENG ENERGIAS RENOVAVEIS S.A.

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2023

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Aos Acionistas e Diretores da
Serveng Energias Renováveis S.A.
Pedra Grande - RN

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da Serveng Energias Renováveis S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Serveng Energias Renováveis S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Serveng Energias Renováveis S.A., de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 25 de março de 2024.

SERVENG ENERGIAS RENOVAVEIS S/A
CNPJ: 11.696.857/0001-04
Balanços patrimoniais
Dos exercícios findos em 31 de dezembro 2023 e 2022
(em milhares de Reais)

| Ativo | Nota Explicativa | Controladora | | Consolidado | | Passivo | Nota Explicativa | Controladora | | Consolidado | |
|-------------------------------|---------------------|--------------|---------|-------------|-----------|---------------------------------------|---------------------|--------------|---------|-------------|-----------|
| | | 2023 | 2022 | 2023 | 2022 | | | 2023 | 2022 | 2023 | 2022 |
| Circulante | | | | | | Circulante | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 4 | 2 | 27 | 1.144 | 1.130 | Fornecedores | 10 | 2.784 | 2.563 | 16.160 | 32.422 |
| Aplicações financeiras | 4 | 63.496 | 61.099 | 220.584 | 175.748 | Financiamentos e Debêntures | 11 | - | - | 76.985 | 73.259 |
| Contas a receber | 5 e 12 | 2.689 | 17.538 | 76.284 | 85.233 | Obrigações tributárias | | 149 | 48 | 12.317 | 10.670 |
| Estoques | | - | - | 262 | 1.135 | Obrigações Trabalhistas | | 113 | 24 | 1.193 | 1.037 |
| Impostos a recuperar | 6 | 3.087 | 203 | 21.578 | 20.230 | Dividendo a pagar | 12 | 37.200 | 21.693 | 45.171 | 27.903 |
| Dividendo a receber | 12 | 31.135 | 23.067 | - | - | Arrendamentos a pagar | 9 | - | - | 5.151 | 6.488 |
| Despesas antecipadas | | - | - | 2.434 | 1.666 | Contas a pagar | | - | - | 2.573 | 2.085 |
| Outras Contas a Receber | | 6 | - | 2.433 | 1.804 | | | 40.246 | 24.328 | 159.549 | 153.864 |
| | | 100.416 | 101.934 | 324.719 | 286.946 | Não circulante | | | | | |
| Não Circulante | | | | | | Fornecedores | 10 | - | - | 131 | - |
| Depósitos Judiciais | | - | - | 403 | 399 | Financiamentos e Debêntures | 11 | - | - | 572.217 | 640.172 |
| Outras contas a receber | | - | - | 7.179 | 3.366 | Obrigações tributárias | | - | - | 532 | 808 |
| Partes relacionadas | 12 | 42.934 | 44.934 | - | 3.815 | Provisão para desmobilização | 9 | - | - | 8.857 | 8.009 |
| Ativo fiscal diferido | | 9.685 | 10.163 | 19.704 | 20.400 | Provisão para demandas judiciais | 13 | - | - | 22.468 | 22.512 |
| Investimentos | 7 | 791.600 | 719.547 | - | - | Arrendamentos a pagar | 9 | - | - | 80.903 | 83.111 |
| Imobilizado | 8 | - | - | 1.620.431 | 1.680.483 | Contas a pagar | | - | - | 290 | 607 |
| Intangível | | - | - | 6.738 | 7.243 | | | - | - | 685.397 | 755.219 |
| | | 844.279 | 774.644 | 1.654.455 | 1.715.706 | Patrimônio líquido | 14 | | | | |
| | | | | | | Capital social | | 643.706 | 643.706 | 643.706 | 643.706 |
| | | | | | | Reservas de lucros | | 260.742 | 208.544 | 260.742 | 208.544 |
| | | | | | | | | 904.448 | 852.250 | 904.448 | 852.250 |
| | | | | | | Participação não controladores | | | - | 229.780 | 241.319 |
| | | | | | | | | 904.448 | 852.250 | 1.134.228 | 1.093.569 |
| Total do Ativo | | 944.694 | 876.578 | 1.979.174 | 2.002.652 | Total do passivo e patrimônio líquido | | 944.694 | 876.578 | 1.979.174 | 2.002.652 |

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis

SERVENG ENERGIAS RENOVAVEIS S/A
CNPJ: 11.696.857/0001-04
Demonstrações do resultado
Dos exercícios findos em 31 de dezembro 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

| | Nota Explicativa | Controladora | | Consolidado | |
|---|---------------------|--------------|----------|-------------|-----------|
| | | 2023 | 2022 | 2023 | 2022 |
| Receita líquida de vendas | 15 | 28.301 | 26.398 | 714.979 | 722.859 |
| (-) Custo dos produtos vendidos | 16 | (27.960) | (25.496) | (297.819) | (344.861) |
| (=) (Prejuízo)/lucro bruto | | 341 | 902 | 417.16 | 377.998 |
| (+/-) (Despesas)/receitas operacionais | | | | | |
| Despesas administrativas e gerais | 16 | (19.828) | (806) | (40.035) | (26.341) |
| Resultado de equivalência patrimonial | 7 | (162.281) | 119.726 | - | - |
| Outras receitas/(despesas) líquidas | 16 | (2.603) | (27.904) | (4.190) | (37.657) |
| (=) Lucro operacional antes do resultado financeiro | | 140.191 | 91.918 | 372.935 | 314.000 |
| Receitas financeiras | 17 | 16.948 | 197 | 28.496 | 26.013 |
| Despesas financeiras | 17 | (28) | (296) | (84.238) | (109.497) |
| (=) Resultado financeiro líquido | | 16.920 | (99) | (55.742) | (83.484) |
| (=) Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social | | 157.111 | 91.819 | 317.193 | 230.516 |
| (-) Imposto de Renda e Contribuição Social – corrente | 18 | - | - | (78.601) | (74.509) |
| (-) Imposto de Renda e Contribuição Social – diferido | 18 | (478) | (478) | (696) | (1.361) |
| (=) Lucro líquido do exercício | | 156.632 | 91.341 | 237.895 | 154.646 |
| Lucro líquido por ação | | 0,263 | 0,153 | 0,399 | 0,260 |
| Resultado atribuível aos: | | | | | |
| Acionistas controladores | | - | - | 156.632 | 91.341 |
| Acionistas não controladores | | - | - | 81.263 | 63.305 |
| | | - | - | 237.895 | 154.646 |

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis

SERVENG ENERGIAS RENOVAVEIS S/A
CNPJ: 11.696.857/0001-04
Demonstrações do resultado abrangente
Dos exercícios findos em 31 de dezembro 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|----------------|---------------|----------------|----------------|
| | 2023 | 2022 | 2023 | 2022 |
| (=) Lucro líquido do exercício | 156.632 | 91.341 | 237.895 | 154.646 |
| Outros resultados abrangentes | - | - | - | - |
| Total do resultado abrangente do exercício | <u>156.632</u> | <u>91.341</u> | <u>237.895</u> | <u>154.646</u> |
| Total do resultado abrangente atribuível a: | | | | |
| Acionistas controladores | - | - | 156.632 | 91.341 |
| Acionistas não controladores | - | - | 81.263 | 63.305 |
| | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>237.895</u> | <u>154.646</u> |

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis

SERVENG ENERGIAS RENOVAVEIS S/A
CNPJ: 11.696.857/0001-04
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Dos exercícios findos em 31 de dezembro 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

| | Nota Explicativa | Capital social | Reservas | | Lucros acumulados | Total atribuído aos acionistas controladores | Participação dos acionistas não controladores | Total |
|----------------------------------|---------------------|----------------|----------|----------|----------------------|--|---|-----------|
| | | | Legal | Lucros | | | | |
| Saldos em 31 de dezembro de 2021 | | 643.706 | 15.567 | 219.117 | - | 878.390 | 215.312 | 1.093.702 |
| Lucro líquido do exercício | 15.c | - | - | - | 91.341 | 91.341 | 63.305 | 154.646 |
| Reserva legal | 15.b | - | 4.567 | - | (4.567) | - | - | - |
| Dividendos propostos | 13 | - | - | - | (21.693) | (21.693) | (37.298) | (58.991) |
| Dividendos adicional | 13 | - | - | (93.788) | - | (93.788) | - | (93.788) |
| Reserva de retenção de lucros | | - | - | 65.080 | (65.080) | - | - | - |
| Saldos em 31 de dezembro de 2021 | | 643.706 | 20.134 | 188.409 | - | 822.250 | 241.319 | 1.093.569 |
| Lucro líquido do exercício | 15.c | - | - | - | 156.632 | 156.632 | 81.263 | 237.895 |
| Reserva legal | 15.b | - | 7.832 | - | (7.832) | - | - | - |
| Dividendos propostos | 13 | - | - | - | (37.200) | (37.200) | (7.971) | (45.172) |
| Dividendos adicional | 13 | - | - | (67.234) | - | (67.234) | (70.454) | (137.688) |
| Reserva de retenção de lucros | | - | - | 111.601 | (111.601) | - | - | - |
| Juros sobre capital Próprio | | - | - | - | - | - | (14.378) | (14.378) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2022 | | 643.706 | 27.966 | 232.776 | - | 904.448 | 229.780 | 1.134.228 |

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis

SERVENG ENERGIAS RENOVAVEIS S/A
CNPJ: 11.696.857/0001-04
Demonstrações dos fluxos de caixa
Dos exercícios findos em 31 de dezembro 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

| | Nota Explicativa | Controladora | | Consolidado | |
|--|---------------------|--------------|-----------|-------------|-----------|
| | | 2023 | 2022 | 2023 | 2022 |
| (=) Lucro líquido do exercício | | 156.632 | 91.341 | 156.632 | 91.341 |
| Itens que não afetam o caixa operacional | | | | | |
| Participação de não controladores, líquido | | - | - | 17.958 | 26.007 |
| (+) Depreciação e amortização | 8 | - | - | 70.723 | 71.508 |
| (+) Juros e variações monetárias | | - | 598 | 83.136 | 88.479 |
| (-) Lucro não realizado | 8 | (1.407) | (1.407) | (1.407) | (1.407) |
| (-) Equivalência patrimonial | | (162.281) | (119.726) | - | - |
| (-/+) (Reversão)/provisão para demandas judiciais | | - | - | - | (1981) |
| (+) Custo residual de ativo imobilizado baixado | | - | 28.274 | - | 32.765 |
| (+) Adequação IFRS 16 | | - | - | - | 4.628 |
| (+) Imposto de Renda e Contribuição Social | | 478 | 479 | 969 | 1.361 |
| (-) Equivalência patrimonial | 7 | (1.024) | - | 135 | - |
| | | (7.601) | (441) | 327.873 | 312.701 |
| Aumento líquido/(Redução) nos ativos | | | | | |
| Aplicação financeira | | (2.397) | (60.749) | (44.836) | (24.885) |
| Contas a receber | | 14.849 | (14.965) | 8.949 | (18.057) |
| Estoques | | - | - | 873 | 4.645 |
| Impostos a recuperar | | (2.884) | (31) | (1.348) | 8.475 |
| Despesas antecipadas | | - | - | (768) | 4.991 |
| Outras contas a receber | | (6) | - | 3.186 | 8.494 |
| Depósitos judiciais | | - | - | (4) | - |
| Aumento líquido/(redução) nos passivos | | | | | |
| Fornecedores | | 221 | (333) | (16.131) | 10.631 |
| Obrigações tributárias | | 101 | (17) | 1.371 | (2.098) |
| Obrigações Trabalhistas | | 89 | (50) | 156 | 104 |
| Outras contas a pagar | | - | - | 171 | (4.263) |
| Caixa líquido (aplicado)/proveniente das atividades operacionais | | 9.973 | (76.145) | (48.382) | (11.963) |
| Fluxos de caixa das atividades de investimentos | | | | | |
| Partes Relacionadas | | 2.000 | 9.959 | - | - |
| Dividendos recebidos | 7 | 86.346 | 139.311 | - | - |
| Aquisição de imobilizado | | - | - | (1.248) | (4.124) |
| Juros sobre capital | | 13.184 | - | - | - |
| Redução de capital | | - | 100.000 | - | - |
| Caixa líquido (aplicado)/proveniente das atividades de investimentos | | 101.530 | 249.270 | (1.248) | (4.124) |
| Fluxos de caixa das atividades de financiamentos | | | | | |
| Arrendamentos pagos | | - | - | (6.514) | (6.146) |
| Recursos provenientes de empréstimos e financiamentos | | - | - | 1.538 | 450.000 |
| Pagamentos de empréstimos e financiamentos | | - | - | (143.808) | (577.842) |
| Dividendos pagos | | (88.927) | (161.658) | (129.445) | (163.158) |
| Partes relacionados | | (15.000) | - | - | - |
| Caixa Líquido (aplicado)/proveniente das atividades de financiamentos | | (103.927) | (172.689) | (278.229) | (297.146) |
| Aumento líquido/(redução) de caixa e equivalentes de caixa | | (25) | (5) | 14 | (532) |
| Demonstração do aumento líquido/(redução) de caixa e equivalentes de caixa | | | | | |
| No início do exercício | | 27 | 32 | 1.130 | 1.662 |
| No fim do exercício | | 2 | 27 | 1.144 | 1.130 |
| Aumento líquido/(redução) de caixa e equivalentes de caixa | | (25) | (5) | 14 | (532) |

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Serveng Energias Renováveis S.A. (“Companhia”), atualmente com a sede no município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Jose Pereira Jorge, 178, Setor 5, Carandiru, sociedade de ações de capital fechado, foi constituída em 29 de janeiro de 2010.

A Companhia tem por objeto social a comercialização de energia elétrica, bem como prestação de serviços em negócios de energia elétrica e apoio técnico, operacional, administrativo e financeiro, especialmente a sociedades controladas e coligadas; participação no capital social de outras sociedades que exerçam atividades semelhantes a exercida pela Companhia. Atuando como agente comercializadora, nos termos da regulamentação da Agência Nacional de energia Elétrica (ANEEL), de acordo com o Despacho nº 2.240, de 23 de agosto de 2016, com o início de sua operação em agosto de 2013.

As controladas da Companhia têm por objeto social a geração de energia elétrica através da fonte eólica, incluindo o desenvolvimento de estudos de viabilidade, implantação, montagem e administração de projetos de geração de energia eólica e a comercialização da energia elétrica gerada, um complexo de quinze parques localizados nos municípios de Pedra Grande e São Miguel do Gostoso, no Rio Grande do Norte, com um total de 167 aero geradores, sendo um dos maiores complexo do Brasil com sua potência instalada de 282MV.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1. Declaração de conformidade

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas e preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem: a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

A administração declara que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

Em 25 de março de 2024, a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a conclusão das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023. As demonstrações Financeiras foram elaboradas e preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

2.2. Bases de mensuração

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.3. Uso de estimativa e julgamentos

A preparação das Demonstrações Financeiras, de acordo com as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua, utilizando como referência a experiência histórica e alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais estimativas relacionadas às Demonstrações Financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Nota 7 - Determinação de vidas úteis do ativo imobilizado;
- Nota 5 - Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa;
- Nota 18 - Taxas e prazos aplicados na determinação do ajuste a valor presente de certos ativos e passivos;
- Nota 8 - Provisões para desmobilização;
- Nota 12 - Provisão para demandas judiciais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Reais (R\$), sendo a moeda funcional e de apresentação da Companhia e de suas controladas. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

3.2. Caixa e equivalente de caixa e aplicações financeiras

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Caixa e equivalentes de caixa são registrados pelo valor justo por meio de resultado.

3.3. Aplicação financeira

A classificação das aplicações financeiras depende do propósito para o qual o investimento foi adquirido e estão ajustadas a valor justo, de acordo com a categoria. Quando aplicável, os custos diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo financeiro são adicionados ao montante originalmente reconhecido.

3.4. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas inicialmente pelo valor da energia fornecida e faturada, subsequente, mensuradas pelo custo amortizado registrada com base no regime de competência. São registradas ao valor justo e classificadas como empréstimos e recebíveis, pois apresentam pagamentos fixos e determináveis não cotadas em mercado ativo, para qual não há impactos de juros, pelo fato das contas a receber e ser liquidado normalmente em um prazo inferior a 90 dias, os valores representam substancialmente o valor presente na data do balanço.

3.5. Instrumentos financeiros

3.5.1. Ativos financeiros não derivativos

A Companhia e suas controladas reconhecem os financiamentos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros, incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado, são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia e suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia e suas controladas não reconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e suas controladas transferem os direitos ao reconhecimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia e suas controladas nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial somente quando a Companhia e suas controladas tem o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.5.2. Passivos financeiros não derivativos

A Companhia e suas controladas reconhecem os passivos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia e suas controladas se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia e suas controladas baixam um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

A Companhia e suas controladas têm os seguintes passivos financeiros não derivativos: financiamentos e fornecedores. Tais passivos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer outros custos de transação atribuíveis. Depois do reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos.

3.5.3. Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros estão classificados em: empréstimos e recebíveis (caixa e equivalente de caixa), valor justo por meio do resultado (aplicações financeiras) e custo amortizado (fornecedores, financiamentos e partes relacionadas).

Os valores contábeis dos instrumentos categorizados como empréstimos e recebíveis e custo amortizado se aproximam do valor justo.

3.6. Investimento

Os investimentos em controladas e coligadas com participação no capital votante superior a 20% ou com influência significativa; e, em demais sociedades que fazem parte de um mesmo grupo ou que estejam sob controle comum são avaliadas por equivalência patrimonial.

Outros investimentos que não se enquadrem na categoria acima são avaliados pelo custo de aquisição, deduzido de provisão para desvalorização, quando aplicável.

3.7. Imobilizado e intangível

Os ativos imobilizados são avaliados pelo custo atribuído, deduzidos de depreciação acumulada e perda por redução ao valor recuperável, quando aplicável. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso na mesma base dos outros ativos imobilizados. Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. A Companhia utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil estimada de cada ativo, com base na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros, exceto para terras, as quais não são depreciadas. A avaliação da vida útil estimada dos ativos é revisada anualmente e ajustada conforme a avaliação.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. Os ativos intangíveis da Companhia são formados por licenças de softwares e marcas.

3.8. Fornecedores

Contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios e são classificadas como passivo circulantes se a obrigação devida tiver vencimento inferior ao prazo de doze meses da data do balanço. Os valores são registrados inicialmente pelo custo histórico, que se aproxima substancialmente de seu valor justo.

3.9. Empréstimos, financiamentos e debêntures

São registrados pelos valores originais de captação, deduzidos dos respectivos custos de transação quando existentes, atualizados monetariamente pelos indexadores pactuados contratualmente com os credores, acrescidos de juros calculados pela taxa de juros efetiva e atualizados pela variação cambial quando aplicável, até as datas dos balanços, conforme descrito em notas explicativas.

3.10. Arrendamento mercantil

3.10.1. Definição de arrendamento

De acordo com o CPC 06 (R2)/IFRS 16, um contrato é ou contém um arrendamento se transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

3.10.2. Como arrendatário

As controladas arrendam imóveis, equipamentos de produção e equipamentos de TI. Como arrendatário, de acordo com o CPC 06 (R2)/IFRS 16, a controladas reconhece os ativos de direito de uso e os passivos de arrendamento para a maioria dos arrendamentos, ou seja, esses arrendamentos são registrados no balanço patrimonial.

No entanto, a Companhia optou por não reconhecer os ativos de direito de uso e os passivos de arrendamento para alguns arrendamentos de ativos de baixo valor (por exemplo, equipamentos de TI). As controladas reconhecem os pagamentos associados a esses arrendamentos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

As controladas reconhecem um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de empréstimo incremental da controlada.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte: (i) pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência; (ii) pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, sobre o faturamento bruto, conforme estipulado em contrato.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a controlada alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

A Administração reconheceu ativos de direito de uso e passivos de arrendamento conforme apresentado na nota explicativa nº 9.

3.10.3. Desmobilização

As provisões para desmobilização são constituídas devido a existência de um contrato de arrendamento na qual está determinado que a sua controladas deverá devolver o terreno nas mesmas condições em que recebeu, à exceção aos terrenos das empresas do grupo, que não há previsão.

3.11. Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e for mais provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

As provisões para demandas judiciais são reconhecidas contabilmente sempre que a perda for avaliada como provável o que ocasiona uma provável saída de recursos financeiros necessários à liquidação das obrigações e, também, quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, levando-se em conta a posição dos assessores jurídicos da Companhia e suas controladas. Essas provisões são atualizadas periodicamente.

3.12. Imposto de Renda e Contribuição Social

São calculados com base nas alíquotas de 15% para imposto de renda, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente anual de R\$240 e 9% para contribuição social.

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

3.13. Outros passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelo valor justo, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

3.14. Capital social

Ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

3.15. Apuração do resultado

A receita operacional é reconhecida quando: (i) os riscos e benefícios mais significativos forem transferidos para o comprador, (ii) for provável que benefícios econômico-financeiros fluirão para a Companhia e suas controladas, (iii) os custos associados puderem ser estimados de maneira confiável; e (iv) o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável. A receita é medida líquida de descontos, impostos e encargos sobre vendas.

A receita de operações com energia elétrica é reconhecida no resultado em função da sua entrega efetiva através do registro na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) respeitando o regime de competência.

O faturamento de energia elétrica para todos os consumidores e demais agentes da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica é efetuado mensalmente.

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de energia no curso normal das atividades da Companhia e de suas controladas.

3.15.1. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros auferidos em aplicações financeiras e ganhos em instrumentos financeiros, quando aplicável.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros, tarifas bancárias e comissões de fiança.

3.15.2. Custo do serviço de energia elétrica

Os custos do serviço de energia elétrica são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de impostos, quando aplicável; e (ii) com base na associação direta da receita.

3.16. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023.

3.16.1. Alteração na norma IFRS 17/CPC 50 Contratos de Seguros;

A IFRS 17 foi emitida pelo IASB em 2017 e substitui a IFRS 4 para o período de relatório iniciado em ou após 1º de janeiro de 2023.

A IFRS 17 introduz uma abordagem internacionalmente consistente para a contabilização de contratos de seguro. Antes da IFRS 17, existia uma diversidade significativa em todo o mundo em relação à contabilização e divulgação de contratos de seguros.

Dado que a IFRS 17 se aplica a todos os contratos de seguro emitidos por uma entidade (com exclusões de âmbito limitado), a sua adoção pode ter um efeito em não seguradoras, como a Companhia. A Companhia efetuou uma avaliação dos seus contratos e operações e concluiu que a adoção da IFRS 17 não teve qualquer efeito nas suas demonstrações contábeis anuais consolidadas.

3.16.2. Alteração na norma IAS 1/CPC 26 Apresentação das Demonstrações Contábeis;

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações à IAS 1, que visam tornar as divulgações de políticas contábeis mais informativas, substituindo o requisito de divulgar “práticas contábeis significativas” por “informações relevantes sobre políticas contabilísticas”. As alterações também fornecem orientação sobre as circunstâncias em que a informação sobre política contábil é suscetível de ser considerada material e, portanto, requerendo divulgação.

Estas alterações não têm efeito na mensuração ou apresentação de quaisquer itens nas demonstrações contábeis consolidadas da Companhia, mas afetam a divulgação de suas políticas contábeis.

3.16.3. Alteração na norma IAS 12/ CPC 32 Tributos sobre o Lucro;

- Imposto Diferido relacionado com Ativos e Passivos decorrentes de uma Única Transação:

Em maio de 2021, o IASB emitiu alterações à IAS 12, com esclarecimentos sobre a isenção de reconhecimento inicial para certas transações que resultam tanto num ativo como um passivo sendo reconhecido simultaneamente (por exemplo, um arrendamento no âmbito da IFRS 16). As alterações esclarecem que a isenção não se aplica ao reconhecimento inicial de um ativo ou passivo que, no momento da transação, gere diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais.

Estas alterações não tiveram efeito nas demonstrações contábeis anuais consolidadas da Companhia.

- Reforma Tributária Internacional – Regras do Modelo Pillar Two:

Em dezembro de 2021, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (Organisation for Economic Co-operation and Development - OCDE) divulgou um projeto de quadro legislativo para um imposto mínimo global que deverá ser utilizado por jurisdições individuais. O objetivo do quadro é reduzir a transferência de lucros de uma jurisdição para outra, a fim de reduzir as obrigações fiscais globais nas estruturas empresariais. Em março de 2022, a OCDE divulgou orientações técnicas detalhadas sobre as regras do Pillar Two.

As partes interessadas levantaram preocupações junto do IASB sobre os potenciais implicações na contabilização do imposto sobre o rendimento, especialmente na contabilização de impostos diferidos, decorrentes das regras do modelo do Pillar Two.

O IASB emitiu as Emendas finais à Reforma Tributária Internacional – Regras do Modelo Pillar Two, em resposta às preocupações das partes interessadas em 23 de maio de 2023.

As alterações introduzem uma exceção obrigatória para as entidades do reconhecimento e divulgação de informações sobre ativos e passivos fiscais diferidos relacionados com as regras do modelo Pillar Two. A exceção entra em vigor imediata e retrospectivamente. As alterações também preveem requisitos de divulgação adicionais no que diz respeito à exposição de uma entidade ao imposto sobre o rendimento do Pillar Two.

A Administração determinou que a Companhia não está dentro do escopo das Pillar Two Model Rules da OCDE e da exceção ao reconhecimento e divulgação de informações sobre impostos diferidos.

3.16.4. Alteração na norma IAS 8/ CPC 23 Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erros;

As alterações à IAS 8, que adicionaram a definição de estimativas contábeis, esclarece que os efeitos de uma alteração numa informação ou técnica de mensuração são alterações nas estimativas contábeis, a menos que resultem da correção de erros de períodos anteriores. Estas alterações esclarecem a forma como as entidades fazem a distinção entre alterações nas estimativas contábeis, alterações na política contábil e erros de períodos anteriores.

Estas alterações não tiveram efeitos nas demonstrações contábeis consolidadas da Companhia.

3.17. Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não estraram em vigor em 31 de dezembro de 2023.

Para as seguintes normas ou alterações a administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia, a saber:

- Alterações na norma IFRS 16/CPC 06 (R2) - acrescentam exigências de mensuração subsequente para transações de venda e leaseback, que satisfazem as exigências da IFRS 15/CPC 47 - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024;
- Alterações na norma IAS 1/CPC 26 - esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como circulante e não-circulante - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024;
- Alterações na norma IAS 1/CPC 26 – esclarece que apenas covenants a serem cumpridos em ou antes do final do período do relatório, afetam o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por no mínimo 12 meses após a data do relatório - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024;
- Alterações na IAS 7/CPC 03 (R2) e IFRS 7/CPC 40 (R1) – esclarece entidade deve divulgar os acordos de financiamento de fornecedores, com informações que permitem aos usuários das demonstrações contábeis avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa da entidade - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024;
- Alterações na IAS 21/CPC 02 (R2) - exigem a divulgação de informações que permitam aos utilizadores das demonstrações contábeis compreender o impacto de uma moeda não ser cambiável - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2025;

Atualmente, a Companhia está avaliando o impacto dessas novas normas e alterações contábeis. A Companhia avaliará o impacto das alterações finais à IAS 1 na classificação de seus passivos uma vez que as mesmas são emitidas pelo IASB. A Companhia não acredita que as alterações à IAS 1, na sua forma atual, terão um impacto significativo na classificação de seus passivos, uma vez que o recurso de conversão em seus instrumentos de dívida conversível é classificado como um instrumento patrimonial e, portanto, não afeta a classificação de sua dívida conversível como passivo não circulante.

3.17.1. Demonstrações contábeis consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas abrangem as demonstrações contábeis da Serveng Energias Renováveis S.A. e de suas controladas, conforme detalhado a seguir:

| Empresa | Tipo de controle | Participação acionária - % | |
|---|---------------------|----------------------------|-------|
| | | 2023 | 2022 |
| Corumbá Concessões S.A. | Integral - Direto | 47,83 | 47,83 |
| Ventos Potiguares Comercializadora S.A. | Integral - Direto | 100 | 100 |
| Ventos Fortes Geradora Eólica S.A. | Integral - Direto | 100 | 100 |
| Forte Canto de Baixo Geradora Eólica S.A. | Integral - Indireto | 100 | 100 |
| SM Geração de Energia Eólica S.A. | Integral - Indireto | 100 | 100 |
| Ventos de Santo Antônio Geradora Eólica S.A. | Integral - Indireto | 100 | 100 |
| Ventos do Canto de Baixo Geradora Eólica S.A. | Integral - Indireto | 100 | 100 |
| Ventos Parazinhenses Geradora Eólica S.A. | Integral - Indireto | 100 | 100 |
| Campina Potiguar Geradora Eólica S.A. | Integral - Indireto | 100 | 100 |
| Canto da Ilha Geradora Eólica S.A. | Integral - Indireto | 100 | 100 |
| Energia Potiguar Geradora Eólica S.A. | Integral - Indireto | 100 | 100 |
| Esquina dos Ventos Geradora Eólica S.A. | Integral - Indireto | 100 | 100 |
| Ilha dos Ventos Geradora Eólica S.A. | Integral - Indireto | 100 | 100 |
| Morro dos Ventos Geradora Eólica S.A. | Integral - Indireto | 100 | 100 |
| Ponta do Vento Leste Geradora S.A. | Integral - Indireto | 100 | 100 |
| Pontal do Nordeste Geradora Eólica S.A. | Integral - Indireto | 100 | 100 |
| Torres de Pedra Geradora Eólica S.A. | Integral - Indireto | 100 | 100 |
| Torres de São Miguel Geradora S.A. | Integral - Indireto | 100 | 100 |

As práticas contábeis adotadas pelas empresas controladas são consistentes com as práticas adotadas pela Companhia. Nas demonstrações financeiras consolidadas foram eliminados os investimentos nas empresas controladas, os resultados das equivalências patrimoniais, bem como os saldos das operações realizadas e lucros e/ou prejuízos não realizados entre as empresas. As informações contábeis das controladas utilizadas para consolidação têm a mesma data-base da controladora.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

| | Controladora | | Consolidado | |
|----------------------------|---------------|---------------|----------------|----------------|
| | 2023 | 2022 | 2023 | 2022 |
| Bancos conta movimento | 2 | 27 | 1.144 | 1.130 |
| Aplicações financeiras (a) | 63.496 | 61.099 | 220.584 | 175.748 |
| | <u>63.498</u> | <u>61.126</u> | <u>221.728</u> | <u>176.878</u> |

- (a) As aplicações financeiras de curto prazo e que estão sujeitos a um baixo risco de mudança de valor, são remuneradas com base em cotas de fundo de investimento que tem como objetivo alcançar a variação média do Certificado Depósito Interbancário (CDI), que foi de 13,03% a.a. em 2023 (12,39% a.a. em 2022).

5. CONTAS A RECEBER

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|--------------|---------------|---------------|---------------|
| | 2023 | 2022 | 2023 | 2022 |
| Contas a receber (a) | 2.689 | 2.538 | 76.284 | 85.233 |
| Contas a receber – partes relacionadas (Nota 12) | - | 15.000 | - | - |
| | <u>2.689</u> | <u>17.538</u> | <u>76.284</u> | <u>85.233</u> |

- (a) O “Contas a receber” da Companhia refere-se à comercialização de energia eólica, através da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), tendo o seu vencimento em curto prazo com sua realização regularmente.

6. IMPOSTOS A RECUPERAR

| | Controladora | | Consolidado | |
|-----------------------------|--------------|------------|---------------|---------------|
| | 2023 | 2022 | 2023 | 2022 |
| PIS retido na fonte (a) | - | - | 2.582 | 2.661 |
| COFINS retido na fonte (a) | 1 | - | 11.816 | 12.313 |
| IR retido na fonte (b) | 2.940 | 176 | 6.804 | 3.151 |
| IRPJ Estimativa (c) | 103 | 17 | 103 | 17 |
| CSLL Estimativa (c) | 40 | 10 | 40 | 10 |
| IRPJ e CSLL a recuperar (c) | - | - | - | 1.977 |
| Outros impostos a recuperar | 3 | - | 233 | 101 |
| | <u>3.087</u> | <u>203</u> | <u>21.578</u> | <u>20.230</u> |

- (a) Referem-se a crédito oriundo de valores retidos na fonte sobre o recebimento da receita de venda de energia;
- (b) Créditos relativos a imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras e juros sobre capital próprio;
- (c) Valores correspondente a recolhimento por estimativa.

7. INVESTIMENTO

| | Controladora | |
|---|----------------|----------------|
| | 2023 | 2022 |
| Saldo inicial | 719.547 | 834.132 |
| (-) Redução de Capital (a) | - | (100.000) |
| (+) Recebimentos de dividendos (b) | (65.696) | (120.386) |
| (+/-) Resultado de equivalência patrimonial (d) | 176.787 | 119.726 |
| (-) Recebimento dos juros sobre capital próprio | (13.184) | - |
| (-) Ajuste de equivalência do dividendo desproporcional das ações | (1.322) | - |
| (+/-) Ajuste de exercícios anteriores | (1.214) | - |
| (-) Amortização dos lucros não realizados | 1.407 | 1.407 |
| (+) Aporte / Adiantamento para futuro aumento de capital | 6.470 | - |
| (-) Dividendos propostos (c) | (31.135) | (15.331) |
| (=) Total da Movimentação de Investimento | <u>791.660</u> | <u>719.547</u> |
| Dividendos recebidos | | |
| Dividendos mínimo recebidos de exercícios (b) | 20.650 | 26.660 |
| Dividendos adicional recebidos do exercício (b) | 65.696 | 120.386 |
| Total de Investimento | <u>86.346</u> | <u>147.047</u> |

- (a) Em 17 de agosto de 2022, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária a redução de capital no montante de R\$100.000 mil, devido a excesso de capital social na sua controladora;
- (b) Durante o exercício foram recebidos de suas controladoras como distribuição de lucro o montante correspondente de R\$86.346 mil, desse valor R\$65.696 referem se a dividendos adicionais de 2023, e R\$ 20.650 mil referem se a dividendos propostos de 2022 recebidos durante o exercício de 2023;
- (c) Dividendos proposto de conforme estatuto de suas controladas; e
- (d) Corresponde o resultado de equivalência patrimonial, sobre as participações societárias avaliadas e representadas conforme demonstrado a seguir:

| Empresa | Patrimonio Líquido | Lucro não realizado/ AFAC | Participação no Capital | 2023 | 2022 | 2023 | 2022 |
|----------------------|--------------------|---------------------------|-------------------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
| Ventos Potiguares | 290.254 | (28.486) | 100,00% | 261.769 | 197.170 | 82.891 | 54.530 |
| Ventos Fortes | 312.736 | - | 100,00% | 312.736 | 301.080 | 19.443 | 7.142 |
| Energia Potiguar | 74.446 | - | 0,01% | 6 | 6 | 1 | 1 |
| Morro dos Ventos | 75.025 | - | 0,01% | 6 | 5 | 2 | 1 |
| Canto da Ilha | 40.380 | - | 0,02% | 7 | 5 | 2 | 1 |
| Esquina dos Ventos | 45.845 | - | 0,02% | 7 | 6 | 1 | 1 |
| Pontal do Nordeste | 47.089 | - | 0,01% | 6 | 6 | 1 | 1 |
| Ilha dos Ventos | 35.947 | - | 0,02% | 6 | 5 | 1 | 1 |
| Torres de Pedra | 72.257 | - | 0,01% | 6 | 5 | 1 | 1 |
| Ponta do Vento Leste | 71.529 | - | 0,01% | 6 | 5 | 1 | 1 |
| Torres de São Miguel | 35.984 | - | 0,02% | 6 | 5 | 1 | 1 |
| Campina Potiguar | 44.831 | - | 0,02% | 7 | 7 | 2 | 1 |
| Corumbá Concessões | 440.477 | - | 47,83% | 210.697 | 221.242 | 74.514 | 58.040 |
| Serveng Energia Imob | 2.924 | 3.470 | 100,00% | 6.394 | - | (76) | |
| | | | | <u>791.660</u> | <u>719.547</u> | <u>176.787</u> | <u>119.723</u> |

8. IMOBILIZADO

| | Consolidado | |
|-------------------------------------|------------------|------------------|
| | 2023 | 2022 |
| Terrenos | 509 | 509 |
| Veículos | 271 | 459 |
| Reservatórios, barragens e adutoras | 385.180 | 396.728 |
| Aerogeradores | 1.062.298 | 1.109.273 |
| Instalações e benfeitorias | 29.838 | 31.187 |
| Equipamentos de informática | 493 | 573 |
| Máquinas e equipamentos | 114.080 | 120.045 |
| Móveis e utensílios | 382 | 411 |
| Direito de uso | 47.676 | 49.934 |
| (-) Lucro não realizado | (28.486) | (29.892) |
| Imobilizado em andamento | 8.188 | 1.258 |
| | <u>1.620.431</u> | <u>1.680.483</u> |

As controladas acompanham anualmente a vida útil dos ativos imobilizado e não identificou diferenças significativas durante o ano. A média ponderada das taxas de depreciação e amortização dos ativos que compõe cada grupo está demonstrada na tabela de movimentação.

| Consolidado | Taxa de Depreciação a.a. | 2021 | Adições | 2022 | Adições | 2023 |
|-------------------------------------|--------------------------|------------------|-----------------|------------------|-----------------|--------------------|
| Custo | | | | | | |
| Terrenos | | 509 | - | 509 | - | 509 |
| Veículos | | 3.390 | (160) | 3.230 | 163 | 3.393 |
| Reservatórios, barragens e adutoras | | 570.794 | 29 | 570.823 | - | 570.823 |
| Aerogeradores | | 1.414.130 | 166 | 1.414.296 | 173 | 1.414.469 |
| Instalações e benfeitorias | | 40.442 | - | 40.442 | - | 40.442 |
| Equipamentos de informática | | 1.187 | 3 | 1.190 | 32 | 1.253 |
| Máquinas e equipamentos | | 215.935 | 166 | 216.101 | 869 | 216.970 |
| Móveis e utensílios | | 696 | 1 | 697 | 3 | 700 |
| Direito de uso | | 67.115 | (7.297) | 59.819 | 2.654 | 62.472 |
| (-) Lucro não realizado | - | (31.299) | 1.407 | (29.892) | 1.407 | (28.486) |
| Imobilizado em andamento | - | 175 | 1.082 | 1.258 | 6.931 | 8.188 |
| | | <u>2.283.075</u> | <u>(4.604)</u> | <u>2.278.470</u> | <u>12.232</u> | <u>2.290.733</u> |
| Depreciação | | | | | | |
| Veículos | 3,3 | (2.306) | (466) | (2.771) | (350) | (3.122) |
| Reservatórios, barragens e adutoras | 4 a 25 | (162.535) | (11.560) | (174.095) | (11.547) | (185.643) |
| Aerogeradores | 4 a 25 | (257.886) | (47.137) | (305.023) | (47.148) | (352.171) |
| Instalações e benfeitorias | 4 a 25 | (7.907) | (1.348) | (9.255) | (1.348) | (10.603) |
| Equipamentos de informática | 4 a 25 | (504) | (113) | (617) | (112) | (761) |
| Máquinas e equipamentos | 4 a 25 | (89.088) | (6.968) | (96.056) | (6.835) | (102.891) |
| Móveis e utensílios | 4 a 25 | (254) | (32) | (286) | (32) | (318) |
| Direito de uso | | (10.110) | 226 | (9.885) | (4.911) | (14.796) |
| | | <u>(530.589)</u> | <u>(67.399)</u> | <u>(597.988)</u> | <u>(72.284)</u> | <u>(670.303)</u> |
| | | <u>1.752.486</u> | <u>(72.003)</u> | <u>1.680.483</u> | <u>(60.052)</u> | <u>(1.620.431)</u> |

9. ATIVO DE DIREITO DE USO E PASSIVO DE ARRENDAMENTO

Suas controladas possuem contratos de outorgas e arrendamentos de terras aderentes aos critérios de reconhecimento e mensuração estabelecidos na norma CPC 06, sendo relacionado a operações dos parques eólicos.

A amortização é calculada pelo método linear de acordo com o prazo remanescente dos contratos. Os contratos de arrendamento possuem passivos de arrendamento conforme demonstrado a seguir:

| | Consolidado | |
|-----------------------------------|---------------|---------------|
| | 2023 | 2022 |
| Ativo | | |
| Direito de uso do ativo arrendado | 62.472 | 59.819 |
| Amortização do exercício | (14.796) | (9.885) |
| Saldo contábil líquido | <u>47.676</u> | <u>49.934</u> |
| Passivo | | |
| Arrendamento a pagar | 9.062 | 9.022 |
| (-) Juros a apropriar | (3.911) | (2.534) |
| | <u>5.151</u> | <u>6.488</u> |
| Arrendamento a pagar | 105.450 | 114.102 |
| (-) Juros a apropriar | (27.218) | (30.991) |
| Provisão de Desmobilização (a) | 8.857 | 8.009 |
| | <u>89.760</u> | <u>91.120</u> |
| Saldo contábil líquido | <u>94.911</u> | <u>97.608</u> |

Passivo total

Para determinação do valor justo de arrendamento, foi aplicada uma taxa de desconto, calculada com base do WACC da Companhia de 7,7% a.a, considerando-se o prazo de vigência do contrato de arrendamento de suas controladas.

- (a) As controladas possuem contratos de arrendamento de terreno, que contêm obrigação de retirada dos aerogeradores ao final do prazo do contrato. Assim, em atendimento ao CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes, deve constituir a provisão de desmobilização de ativos, para fazer face às responsabilidades relativas às despesas com a reposição dos locais e terrenos em seu estado original. Adicionalmente, na mensuração inicial, deve-se considerar os custos de desmontagem e remoção do item e restauração do terreno no qual este está instalado, em aderência ao CPC 27.

É esperado que, após o encerramento do contrato, seja efetuada a desmobilização dos ativos instalados no terreno arrendado, data na qual espera-se que sejam efetuados os desembolsos dos valores provisionados. Considerada a incerteza dos valores de desembolsos futuros, decorrente de potenciais variações nos custos estimados para executar a desmobilização, a Companhia efetuou o registro da provisão pela melhor estimativa atual, de acordo com as determinações do CPC 25.

Os juros sobre as outorgasse e os arrendamentos são reconhecidos como despesa financeira e apropriados de acordo com os prazos remanescentes dos contratos.

Os pagamentos do longo prazo, considerando seus fluxos de caixa futuros descontados, estão distribuídos:

| Vencimento no longo prazo | <u>Consolidado</u> |
|---------------------------|--------------------|
| 2023 | 5.151 |
| 2024 | 5.151 |
| 2025 | 5.151 |
| 2026 | 5.151 |
| 2027 em diante | 60.299 |
| | <u>80.903</u> |

Os impactos na demonstração de resultado de acordo com a norma CPC 06(R2) / IFRS 16, foram que as contraprestações de arrendamento que anteriormente eram registradas como despesas de arrendamento passaram a ser reconhecidas nas linhas de depreciação/amortização e despesas financeiras. Muito embora o novo pronunciamento não tenha trazido nenhuma alteração no montante total que será levado ao resultado ao longo da vida útil dos contratos.

10. FORNECEDORES

Correspondem às obrigações da Companhia e suas controladas junto aos fornecedores conforme a seguir:

| | <u>Controladora</u> | | <u>Consolidado</u> | |
|--------------|---------------------|--------------|--------------------|---------------|
| | 2023 | 2022 | 2023 | 2022 |
| Fornecedores | 2.784 | 2.563 | 16.291 | 32.422 |
| | <u>2.784</u> | <u>2.563</u> | <u>16.291</u> | <u>32.422</u> |

O saldo de fornecedores da Companhia refere-se à compra de energia eólica. Os títulos têm vencimento em curto prazo e são regularmente liquidados. As partes relacionadas são compostas por operações com suas controladas e coligadas.

11. FINANCIAMENTOS E DEBENTURES

Correspondem às obrigações da Companhia e suas controladas junto aos fornecedores conforme a seguir:

| Abertura do Saldo Contábil | Controladora | | Consolidado | |
|----------------------------|--------------|------|-------------|---------|
| | 2023 | 2022 | 2023 | 2022 |
| Financiamento BNDES | - | - | - | - |
| Financiamento BNB (b) | - | - | 281.168 | 300.565 |
| Debêntures (a) | - | - | 366.496 | 412.866 |
| Capital de Giro | - | - | 1.538 | - |
| Saldo contábil | - | - | 649.202 | 713.431 |
| Circulante | - | - | 76.985 | 73.259 |
| Não Circulante | - | - | 572.217 | 640.172 |

- (a) Conforme Fato Relevante divulgado por sua controlada em 31 de dezembro de 2021, foi realizada a distribuição de debêntures simples, não conversíveis em ações, composta por 450.000 debêntures, com valor nominal unitário de R\$1.000,00, totalizando, na data de emissão, o valor de R\$450.000.000,00, com o consequente cancelamento das debêntures não subscritas ou integralizadas. As debêntures possuem uma remuneração 100% do e CDI + 2,15% a.a., com o vencimento final em 07 de janeiro de 2.032.

Os recursos obtidos com a Emissão foram usados para liquidação de certas dívidas das suas controladas junto ao BNDES, recomposição do caixa e execução de investimentos para consecução de seu objeto social no curso normal de seus negócios, reforçando sua estrutura de capital.

A escritura das Debentures está garantida pelo grupo de alienações fiduciárias da totalidade de ações das controladas, equipamentos e suas receitas proveniente da venda de energia elétrica. Essas debentures possuem indicador financeiro (covenant) anual em que o índice de Cobertura de Serviço da Dívida (ICSD deve ser maior ou igual 1,3, onde (EBITDA – Imposto de Renda e Contribuição social) / (Soma dos pagamentos do principal + juros em 12 meses). O cálculo consequentemente da manutenção do índice conforme definido em contrato, deve começar a ser efetuado a partir da data de início da emissão, sendo calculado pelas informações consolidadas na Ventos Potiguares Comercializadora de Energia. S.A.

Em janeiro de 2022, o cálculo da informação passou a ser efetuado sobre as informações consolidadas alterando a metodologia no contrato de financiamento que utilizava as informações combinadas, conforme o cálculo demonstrado a seguir:

| Descrição | Consolidado/Combinado | |
|---|-----------------------|----------|
| | 2023 | 2022 |
| (+) Lucro bruto | 145.743 | 133.059 |
| (-) Despesas administrativas e gerais | (2.679) | (4.239) |
| (+) Despesas não operacionais | 1.534 | 9.893 |
| (+) Depreciação e amortização | 29.312 | 29.150 |
| (+/-) Outras receitas/(despesas) líquidas | (815) | (10.049) |
| (=) EBITDA | 173.096 | 157.814 |
| (-) imposto de Renda e Contribuição social – corrente | (8.255) | (8.663) |
| (A) Geração de caixa da atividade | 164.841 | 149.150 |
| (B) Serviço da dívida | 102.012 | 95.606 |
| (C) Índice de cobertura do serviço da dívida | 1,616 | 1,560 |

- (b) As Controladas firmaram o contrato de financiamento junto à instituição financeira Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB) em dezembro de 2018, perfazendo um total de R\$402.800mil, na data de emissão. Os encargos incidentes a dívida corresponde a Taxa de Juros dos Fundos Constitucionais (TFC) apurada mensalmente, "pro rata die", com o vencimento final em 15 de janeiro de 2.035.

Os recursos obtidos foram usados para construção dos parques eólico e as instalações das Controladas junto ao BNB, para recomposição do caixa e execução de investimentos para consecução de seu objeto social no curso normal de seus negócios, reforçando sua estrutura de capital.

O contrato está garantido pela fiança bancária do BNB tendo a garantia de 100% do saldo devedor acrescidos de seus encargos. O contrato contém cláusulas restritas que requerem a manutenção de índices financeiros (covenant) anual em que o índice de Cobertura de Serviço da Dívida (ICSD deve ser maior ou igual 1,3, onde (Saldo inicial de caixa + Geração de caixa da atividade) / (Soma dos pagamentos do principal + juros em 12 meses), com parâmetros preestabelecidos com base nas demonstrações financeiras das Controladas, conforme demonstrado a seguir:

| | 2023 | | | 2022 | | |
|--|----------------------|----------------------|--------------------------|----------------------|----------------------|--------------------------|
| | Ventos Santo Antônio | Forte Canto de Baixo | Ventos do Canto de Baixo | Ventos Santo Antônio | Forte Canto de Baixo | Ventos do Canto de Baixo |
| Saldo de Caixa | 5.261 | 5.476 | 5.638 | 3.650 | 9.558 | 4.961 |
| (=) EBITDA | 9.959 | 14.287 | 10.413 | 9.433 | 15.204 | 10.849 |
| (-) Provisão de imposto de renda e Contribuição Social | (957) | (1.249) | (1.001) | (844) | (1.132) | (930) |
| (-) Investimentos realizados | (214) | (84) | (238) | (653) | (776) | (182) |
| (-) Distribuição de capital | (493) | (1.003) | (476) | (313) | (481) | (472) |
| (+/-) Aportes e resgates contas reservas do SD e O&M | - | - | - | - | - | - |
| Geração de caixa da atividade | 8.296 | 11.950 | 8.698 | 7.623 | 12.815 | 9.265 |
| Serviço da dívida | 6.271 | 10.063 | 6.890 | 6.926 | 10.002 | 7.536 |
| Índice de cobertura do serviço da dívida | 2,16 | 1,73 | 2,08 | 1,63 | 2,24 | 1,89 |

12. PARTES RELACIONADAS

| Descrição | Contas a Receber (ativo) | | | |
|-----------------------------|-----------------------------|---------------|-------------|--------------|
| | Controladora | | Consolidado | |
| | 2023 | 2022 | 2023 | 2022 |
| Ventos Potiguares (a) | - | 15.000 | - | - |
| Ventos Fortes (b) | - | - | - | - |
| Parques Eólico – UV1 à UV10 | 4.286 | - | 72 | 3.815 |
| | <u>4.286</u> | <u>15.000</u> | <u>72</u> | <u>3.815</u> |

(a) Os saldos correspondem a valores a receber referente a redução de capital nota 8;

(b) Valores correspondente a operações comerciais, onde suas controladas são geradoras e a Companhia comercializa.

| Descrição | Dividendos a receber (ativo circulante) | | Dividendos a pagar (passivo circulante) | | | |
|-----------------------------|--|---------------|--|---------------|---------------|---------------|
| | Controladora | | Controladora | | Consolidado | |
| | 2023 | 2022 | 2023 | 2022 | 2023 | 2022 |
| Ventos Potiguares | 19.687 | 13.633 | - | - | - | - |
| Corumbá | 6.827 | 5.318 | - | - | - | 6.210 |
| Ventos Fortes | 4.618 | 4.113 | - | - | - | - |
| Parques Eólico – UV1 à UV10 | 3 | 3 | - | - | - | - |
| Soares Penido | - | - | 37.044 | 21.602 | 37.044 | 21.602 |
| Outros acionistas | - | - | 156 | 91 | 8.127 | 91 |
| | <u>31.135</u> | <u>23.067</u> | <u>37.200</u> | <u>21.693</u> | <u>45.171</u> | <u>27.903</u> |

| Descrição | Mútuo/ contas a Receber (ativo não circulante) | | Mútuo/ contas a pagar (passivo não circulante) | | | |
|---------------|--|---------------|---|----------|-------------|----------|
| | Controladora (a) | | Controladora | | Consolidado | |
| | 2023 | 2022 | 2023 | 2022 | 2023 | 2022 |
| Ventos Fortes | 42.934 | 44.934 | - | - | - | - |
| | <u>42.934</u> | <u>44.934</u> | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>-</u> |

Remuneração do pessoal-chave da Administração

Não houve remuneração à Administração durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

13. PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS

As Provisões compreendem os passivos de prazo ou de valor incertos. Caso não seja provável que exista uma obrigação presente ou não seja possível fazer uma estimativa confiável do valor da obrigação, está-se diante de um passivo contingente, e não de uma provisão.

| Descrição | Consolidado | |
|----------------|---------------|---------------|
| | 2023 | 2022 |
| Saneago (i) | 22.229 | 22.229 |
| Desapropriação | 230 | 228 |
| Outros | 9 | 55 |
| | <u>22.468</u> | <u>22.512</u> |

(i) SANEAGO

Ação de cobrança movida por SANEAMENTO DE GOIÁS S/A – SANEAGO em desfavor da Companhia, distribuída em 16 de novembro de 2006, cujo pleito principal visava o ressarcimento/indenização de uma estação de captação de água bruta situada originalmente no Rio Corumbá e submersa pelo enchimento do lago da UHE Corumbá IV.

SANEAGO sustenta que os prejuízos devidos pela Companhia eram de R\$ 24.021 mil, orçado em outubro de 2006.

14. PATRIMONIO LÍQUIDO

(a) Capital Social

O capital social integralizado de R\$643.706 mil em 31 de dezembro de 2023, está representado por 595.386 mil ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

(b) Reserva Legal

A reserva legal é calculada com base em 5% do lucro líquido conforme previsto na legislação vigente, limitada a 20% do capital social após a dedução dos incentivos fiscais, previsto em estatuto, perfazendo o montante de R\$27.966mil em 31 de dezembro de 2023 (R\$20.134mil em 31 de dezembro de 2022).

| | 2023 | 2022 |
|---|---------------|---------------|
| Saldo inicial | 20.134 | 15.567 |
| Constituição da reserva legal do exercício (5%) | 7.832 | 4.567 |
| | <u>27.966</u> | <u>20.134</u> |

(c) Dividendos mínimo

De acordo com o previsto no Estatuto Social da Companhia, os dividendos obrigatórios são de 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação societária, conforme:

| | 2023 | 2022 |
|---------------------------------------|-----------------|-----------------|
| Lucro líquido do exercício | 156.632 | 91.341 |
| Constituição da reserva legal (5%) | (7.832) | (4.567) |
| Base de Cálculo dos dividendos | <u>148.801</u> | <u>86.774</u> |
| Dividendos mínimos obrigatórios (25%) | <u>(37.200)</u> | <u>(21.693)</u> |
| | <u>111.601</u> | <u>65.080</u> |

(d) Reserva Lucros

O saldo do lucro que não tenha destinação compulsória a outras reservas e que não seja destinado ao pagamento de dividendos é destinado a esta reserva de lucros. Em 31 de dezembro de 2023 o saldo é de R\$232.776 (R\$188.409 em 2021).

15. RECEITA LIQUIDA

Receita líquida da Companhia está apresentada conforme segue:

| | | | Consolidado | |
|----------------------------|---------------|---------------|----------------|----------------|
| | 2023 | 2022 | 2023 | 2022 |
| Receitas | | | | |
| Venda de energia | 31.186 | 29.089 | 462.336 | 771.687 |
| Impostos sobre faturamento | (2.885) | (2.691) | (47.357) | (48.828) |
| Receita líquida | <u>28.301</u> | <u>26.398</u> | <u>714.979</u> | <u>722.869</u> |

As receitas das controladas são reconhecidas por competência, pela comercialização das suas controladas. Todas as transações de venda geram recebíveis que estão descritos na nota explicativa nº 5. Não há outros ativos ou passivos de contrato reconhecidos.

16. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

A Companhia apresenta a demonstração do resultado utilizando uma classificação dos custos e despesas baseada na sua função. As informações dos custos e despesas por natureza são apresentadas a seguir:

| Classificação por Natureza | Controladora | | Consolidado | |
|-----------------------------------|-----------------|-----------------|------------------|------------------|
| | 2023 | 2022 | 2023 | 2022 |
| Depreciação e amortização | - | - | (70.723) | (74.117) |
| Custo do produto vendido | (28.285) | (26.371) | (199.614) | (171.996) |
| Serviços de terceiros | (7.684) | (512) | (24.421) | (32.872) |
| Arrendamento de terra | (59) | (31) | (83) | 3.248 |
| Despesas com pessoal | (11.405) | (716) | (20.744) | (20.717) |
| Despesas com serviços | - | - | (318) | (378) |
| Despesas tributárias | (1.438) | (14) | (2.619) | (972) |
| Centro de serviços compartilhados | - | - | (294) | (1.423) |
| Ajustes de exercícios anteriores | - | - | 325 | (9.893) |
| Outros | (1.520) | (26.562) | (23.552) | (99.740) |
| | <u>(50.391)</u> | <u>(54.206)</u> | <u>(342.043)</u> | <u>(408.860)</u> |

| Classificação por Função | Controladora | | Consolidado | |
|-------------------------------------|-----------------|-----------------|------------------|------------------|
| | 2023 | 2022 | 2023 | 2022 |
| Despesas administrativas (i) | (19.828) | (806) | (40.035) | (26.341) |
| Custo do produto vendido | (27.960) | (25.496) | (297.819) | (344.861) |
| Outras receitas/(despesas) líquidas | (2.603) | (27.904) | (4.190) | (37.658) |
| | <u>(50.391)</u> | <u>(54.206)</u> | <u>(342.043)</u> | <u>(408.860)</u> |

(i) Inclui a depreciação dos contratos de arrendamento conforme descrito na nota explicativa 10.

17. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS, LIQUIDAS

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|---------------|--------------|-----------------|------------------|
| | 2023 | 2022 | 2023 | 2022 |
| Receitas financeiras | | | | |
| Rendimentos sobre aplicações financeiras | 3.750 | 197 | 27.199 | 25.929 |
| Juros recebidos ou incorridos | 14 | - | 1.297 | - |
| Juros sobre capital próprio | 13.184 | - | - | - |
| Descontos obtidos | - | - | - | 84 |
| | <u>16.948</u> | <u>197</u> | <u>28.496</u> | <u>26.013</u> |
| | | | | |
| Despesas financeiras | | | | |
| Juros sobre empréstimos | - | - | (78.082) | (84.903) |
| Juros sobre arrendamento | - | - | (5.054) | (4.714) |
| Despesas bancárias | (5) | (3) | (129) | (133) |
| Juros incorridos | (1) | (290) | - | (10.323) |
| Outros | (22) | (3) | (973) | (9.424) |
| | <u>(28)</u> | <u>(296)</u> | <u>(84.238)</u> | <u>(109.497)</u> |
| | | | | |
| Total | <u>16.920</u> | <u>(99)</u> | <u>(55.742)</u> | <u>(83.484)</u> |

18. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL – CORRENTE

| | Consolidado | |
|---|-----------------|-----------------|
| | 2023 | 2022 |
| Imposto de Renda | | |
| Receita bruta | 323.013 | 341.899 |
| Alíquota | 8% | 8% |
| | <u>25.841</u> | <u>27.352</u> |
| | | |
| Outras receitas, inclusive financeiras. | 11.125 | 9.724 |
| | | |
| Base de cálculo | <u>36.966</u> | <u>37.106</u> |
| | | |
| Alíquota vigente | 15% | 15% |
| Imposto apurado | (5.545) | (5.566) |
| Adicional federal de 10% | (3.395) | (3.395) |
| Imposto apurado | <u>(8.940)</u> | <u>(8.962)</u> |
| | | |
| Contribuição social | | |
| Receita bruta | 323.013 | 341.899 |
| Alíquota | 12% | 12% |
| | <u>38.762</u> | <u>41.028</u> |
| | | |
| Outras receitas, inclusive financeiras. | 11.125 | 9.754 |
| | | |
| Base de cálculo | <u>49.887</u> | <u>50.782</u> |
| | | |
| Alíquota vigente | 9% | 9% |
| Imposto apurado | <u>(4.490)</u> | <u>(4.571)</u> |
| | | |
| Total Imposto de Renda e da Contribuição Social | <u>(13.430)</u> | <u>(13.532)</u> |
| | | |
| Alíquota de imposto efetiva | | |
| Receia total | 334.138 | 351.653 |
| Imposto calculado (IR/CS) | <u>(13.430)</u> | <u>(13.532)</u> |
| | <u>4.02%</u> | <u>3.74%</u> |

| | Consolidado | |
|--|-------------|----------|
| | 2023 | 2022 |
| LUCRO REAL | | |
| LUCRO REAL | | |
| IR e CS correntes | | |
| Lucro antes do IR e da CSLL | 460.761 | 183.463 |
| IR e CSLL - calculado à alíquota de 34% | (156.659) | (62.377) |
| Ajustes permanentes nas bases de cálculo do IR e da CSLL | | |
| Despesas indedutíveis | (6.945) | (206) |
| Reversão/ Provisão para riscos e passivos contingentes | (400) | 677 |
| Prejuízo fiscal compensado no exercício | - | - |
| Outras Adições/exclusões permanentes | 98.833 | 930 |
| IR e CSLL corrente | (65.171) | (60.977) |
| IR e CS diferido | | |
| Resultado Fiscal do exercício | - | - |
| Provisão para riscos e passivos contingentes | 103 | 1.990 |
| Apropriação lucro não realizado nos imobilizados | - | 2.014 |
| Outras Adições/exclusões permanentes | 1.944 | - |
| Base de Cálculo IR diferido | 2.047 | 4.004 |
| Alíquota combinada de IR e CS de 34% | (696) | (1.361) |
| IR e CSLL diferido | (696) | (1.361) |

19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia e suas controladas apresentam exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

19.1. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia e suas controladas, caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de clientes.

A exposição da Companhia e suas controladas ao risco de crédito é influenciada pelas características individuais de cada cliente. A Companhia e suas controladas não reconhecem uma provisão para créditos de liquidação duvidosa, uma vez que 100% da sua receita é com partes relacionadas.

19.2. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia e suas controladas irão encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia e suas controladas na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia e suas controladas.

A tabela a seguir demonstra em detalhes o vencimento dos passivos financeiros contratados:

| Consolidado | Até 1 ano | Até 2 anos | + 2 anos |
|-----------------------------|-----------|------------|----------|
| Fornecedores | 16.291 | - | - |
| Financiamentos e debentures | 76.985 | 153.971 | 418.246 |

19.3. Risco de mercado

Risco de taxas de juros e inflação: não existe risco de taxas de juros decorrente de parcelas de dívidas e aplicações financeiras, que podem afetar negativamente as receitas ou despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros e inflação.

19.4. Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e suas controladas e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. O objetivo da Companhia e suas controladas é administrar o risco operacional e risco na qualidade de serviços para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e suas controladas.

Em 31 de dezembro de 2023 a exposição máxima é de R\$300.445 no consolidado e R\$66.193 na controladora (R\$263.915 no consolidado e R\$78.664 na controladora em 2022) referente ao caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e contas a receber.

19.5. Gestão de capital

A política da Diretoria é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Diretoria monitora os retornos sobre capital, que a Companhia e suas controladas define como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total. A diretoria também monitora o nível de dividendos para seus sócios.

19.6. Análise dos instrumentos financeiros

É apresentada a seguir uma tabela de comparação por classe de valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas, apresentados nas demonstrações contábeis:

| Consolidado | Valor contábil | | Valor justo | |
|-------------------------------|----------------|---------|-------------|---------|
| | 2023 | 2022 | 2023 | 2022 |
| Ativos financeiros | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 1.144 | 1.130 | 1.144 | 1.130 |
| Aplicações financeiras | 220.584 | 175.748 | 220.584 | 175.748 |
| Contas a receber | 76.284 | 85.233 | 76.284 | 85.233 |
| Outras contas a receber | 2.433 | 1.804 | 2.433 | 1.804 |
| Total | 300.445 | 263.915 | 300.445 | 263.915 |

| Consolidado | Valor contábil | | Valor justo | |
|-----------------------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
| | 2023 | 2022 | 2023 | 2022 |
| Passivos financeiros | | | | |
| Fornecedores | 16.160 | 32.422 | 16.160 | 32.422 |
| Financiamentos e Debêntures | 649.202 | 713.431 | 649.202 | 713.431 |
| Outras contas a pagar | 2.863 | 2.692 | 2.863 | 2.692 |
| Total | 668.225 | 748.545 | 668.225 | 748.545 |

Os valores desses instrumentos reconhecidos no balanço patrimonial não diferem dos valores justos.

Contas a receber de clientes e fornecedores se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo destes instrumentos.

Instrumentos financeiros por categoria

| Consolidado | 2023 | | |
|-------------------------------|--------------------------|---|------------------|
| | Empréstimos e recebíveis | Valor custo justo por meio do resultado | Custo amortizado |
| Ativos financeiros | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 1.144 | - | - |
| Aplicações financeiras | - | 220.584 | - |
| Contas a receber | 76.284 | - | - |
| Outras contas a receber | 2.433 | - | - |
| Total | 79.860 | 220.584 | - |
| Passivos financeiros | | | |
| Fornecedores | - | - | 16.160 |
| Financiamentos e Debêntures | - | - | 649.202 |
| Outras contas a pagar | - | - | 2.863 |
| Total | - | - | 668.225 |
| Consolidado | 2022 | | |
| | Empréstimos e recebíveis | Valor custo justo por meio do resultado | Custo amortizado |
| Ativos financeiros | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 1.130 | - | - |
| Aplicações financeiras | - | 175.748 | - |
| Contas a receber | 85.233 | - | - |
| Outras contas a receber | 1.804 | - | - |
| Total | 88.167 | 175.748 | - |
| Passivos financeiros | | | |
| Fornecedores | - | - | 32.422 |
| Financiamentos e Debêntures | - | - | 713.431 |
| Outras contas a pagar | - | - | 2.692 |
| Total | - | - | 748.545 |

19.7. Hierarquia de valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, por níveis de hierarquia do valor justo, utilizando um método de avaliação.

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- Nível 2: inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Os instrumentos financeiros não derivativos avaliados a valor justo são as aplicações financeiras que foram classificadas no Nível 2.

19.8. Análise da sensibilidade dos ativos e passivos financeiros

O principal risco atrelado às operações da Companhia e suas controladas está ligado a variação do CDI para aplicações financeiras e TJLP para os financiamentos.

As aplicações financeiras estão registradas a valor de mercado, conforme cotações divulgadas pelas respectivas instituições financeiras e os demais se referem, em sua maioria, a certificado de depósito bancário, portanto, o valor registrado desses títulos não apresenta diferença para o valor de mercado.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras e financiamentos aos quais a Companhia e suas controladas estava exposta na data-base de 31 de dezembro de 2023, foram definidos 3 cenários diferentes.

Com base em projeções divulgadas por instituições financeiras, foi obtida para os próximos 12 meses a média de 13,03% (12,39% em 2022) para o CDI e 6,55% (7,20% em 2021) para a TJLP, sendo estes definidos como cenário provável, e a partir deste, foram estimados com uma apreciação e desvalorização de 25% e 50%, respectivamente:

| Operação | Exposição | Risco | Provável | Aumento | | Redução | |
|------------------------|-----------|--------|----------|---------|---------|---------|---------|
| | | | | 25% | 50% | 25% | 50% |
| Aplicação financeira | | CDI | | | | | |
| Receita financeira | 28.496 | 13,03% | 3.713 | 4.641 | 5.570 | 2.785 | 1.857 |
| Financiamentos | | TJLP | | | | | |
| (-) Despesa financeira | (84.238) | 6,55% | (5.518) | (6.898) | (8.277) | (4.139) | (2.759) |
| Resultado financeiro | | | (1.805) | (2.257) | (2.707) | (1.354) | (902) |

20. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não houve eventos subsequente significativos que pudessem alterar as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2023.

Thadeu Luciano Marcondes Penido
Diretor Presidente

Cleiton Lameira Falci
Contador CRC 1 SP 252875/O-1
Contador